



MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



**MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

## 2018



# MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ

## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

### EXERCÍCIO 2018



#### **MENSAGEM AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

1. Obedecendo à Resolução nº 1.099, de 07 de novembro de 2018, que dispõe sobre os documentos que deverão ser entregues ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, dentro dos prazos determinados, para exame dos processos de contas de governo, temos a satisfação de apresentar a Vossas Senhorias o RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ relativo ao exercício financeiro de 2018.
2. Os dados foram extraídos, principalmente, das informações gerenciais produzidas pelo Setor Contábil do Município, dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária do 6º Bimestre/2018 e 6º Bimestre/2017, dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Semestre/2018 e 2º Semestre/2017, dos Relatórios de Validação e Encaminhamento-RVEs, gerados pelo Programa Autenticador de Dados-PAD, relativo aos exercícios 2017 e 2018.
3. Neste relatório são apresentadas informações relacionadas à elaboração e execução do orçamento, às aberturas de créditos adicionais, ao confronto entre os valores de receita previstos e realizados, ao resultado patrimonial, às despesas realizadas com ações e serviços públicos de saúde-ASPS, às despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino-MDE, à utilização dos recursos recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica-FUNDEB, à situação da dívida consolidada do Município, à receita corrente líquida, aos gastos com pessoal e outras informações relevantes.

Atenciosamente,

**ABEL GRAVE**  
Prefeito Municipal



# MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ

## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

### EXERCÍCIO 2018



## Sumário

1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	5
1.1 ORÇAMENTO.....	5
1.2. RECEITAS.....	5
1.3 DESPESAS.....	9
1.3.1 Alterações Orçamentárias Realizadas .....	9
1.3.2 Despesas do Poder Executivo.....	10
1.3.3 Grau de execução das despesas.....	13
1.4 RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS.....	13
2 GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA .....	15
2.1 BALANÇO FINANCEIRO .....	15
2.2 BALANÇO PATRIMONIAL .....	16
2.3 DÍVIDA PÚBLICA.....	19
2.3.1 Dívida Fundada .....	19
2.3.2 Dívida Flutuante.....	21
2.3.3 Resultado Nominal .....	22
2.4 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	23
3. GASTOS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE.....	26
3.1 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE.....	26
3.2 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB.....	26
3.3 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS .....	28
4. DESPESAS COM PESSOAL .....	29
5. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS .....	31



# MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ

## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

### EXERCÍCIO 2018



## 1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### 1.1 ORÇAMENTO

A Lei Orçamentária Anual do exercício 2018 (Lei Municipal 2.745, de 22 de dezembro de 2017) estimou, **para administração direta**, a receita em **R\$ 83.650.000,00** e fixou a despesa em igual valor, sendo que deste montante, o valor de **R\$ 80.290.000,00** foi destinado ao Poder Executivo e **R\$ 3.360.000,00** ao Poder Legislativo, respeitando-se, assim, ao princípio do equilíbrio orçamentário.

Salienta-se que ao orçamento total do Município deve ser incluído o valor relativo ao orçamento do Instituto Municipal de Previdência e Assistência do Servidor Público de Ibirubá-IMPASI, que foi autorizado, pela referida Lei, no montante de **R\$ 12.350.000,00**. No entanto, as informações acerca execução orçamentária, financeira e patrimonial do IMPASI, por se tratar esse Instituto de autarquia legalmente instuída, com administração e contabilidade própria, não estão inseridas neste relatório.

### 1.2. RECEITAS

A receita efetivamente arrecadada no exercício foi de **R\$ 72.649.810,99** verificando-se, portanto, uma arrecadação a menor de **R\$ 11.000.189,01** com relação à receita inicialmente prevista.

O comportamento da receita orçamentária do exercício em análise traduz-se no quadro abaixo:



# MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ

## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

### EXERCÍCIO 2018



#### QUADRO 1 – RECEITAS ARRECADADAS NO EXERCÍCIO 2018

DESCRIÇÃO DA CONTA	PREVISTA	ARRECADADA	DIFERENÇA
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>80.246.800,00</b>	<b>79.922.536,36</b>	<b>-324.263,64</b>
Receita Tributária	14.941.500,00	13.929.393,47	-1.012.106,53
Receita Contribuições	800.000,00	779.198,51	-20.801,49
Receitas Patrimoniais	949.200,00	911.717,82	-37.482,18
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	134.000,00	525.463,16	391.463,16
Receita de Transferências Correntes	63.357.600,00	63.670.998,61	313.398,61
Outras Receitas Correntes	64.500,00	105.764,79	41.264,79
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>12.858.200,00</b>	<b>2.073.379,16</b>	<b>-10.784.820,84</b>
Operações de Crédito	5.500.000,00	272.125,00	-5.227.875,00
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	800.000,00	366.550,00	-433.450,00
Transferências de Capital	6.558.200,00	1.434.704,16	-5.123.495,84
<b>SUBTOTAL</b>	<b>93.105.000,00</b>	<b>81.995.915,52</b>	<b>-11.109.084,48</b>
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>9.455.000,00</b>	<b>9.346.104,53</b>	<b>-108.895,47</b>
(-) Dedução da receita tributária	357.000,00	504.697,82	147.697,82
(-) Dedução da receita de transferências	9.098.000,00	8.841.406,71	-256.593,29
(-) Dedução da receita de capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>83.650.000,00</b>	<b>72.649.810,99</b>	<b>-11.000.189,01</b>

As transferências correntes recebidas da União e do Estado, no montante líquido de **R\$ 54.829.591,90**, correspondem a **75,47%** do total arrecadado. As receitas tributárias, por sua vez, representam **18,48%** do total da receita arrecadada no exercício de 2018. A participação de cada fonte no total da receita do Município, **desconsiderando-se as deduções incidentes sobre eles de forma individual**, é verificada mais facilmente através do gráfico abaixo:



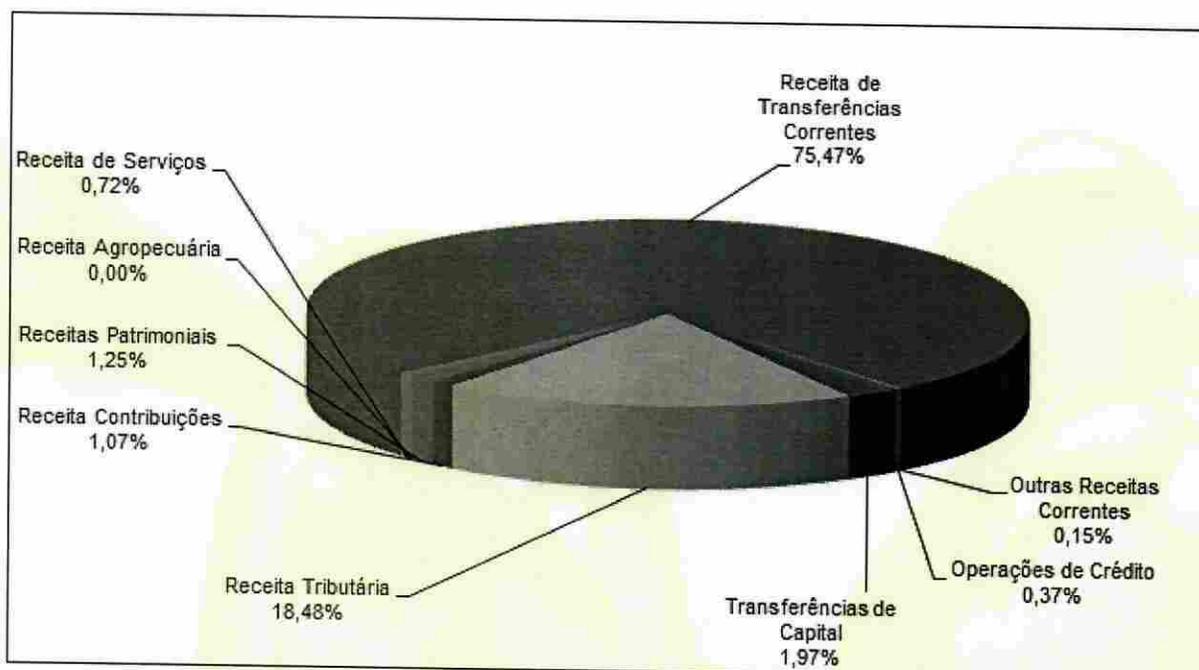
# MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ

## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

### EXERCÍCIO 2018



GRÁFICO 1 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA ARRECADADA NO EXERCÍCIO DE 2018



O comportamento da receita realizada nos três últimos exercícios, destacando-se as receitas próprias, ou seja, aquelas que não foram originadas de transferências de outros entes para o Município, pode ser verificado a seguir:

QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS (2016 A 2018)

EXERCÍCIO	RECEITAS PRÓPRIAS (valor bruto)	RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS (valor bruto)	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	TOTAL DAS RECEITAS	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	RECEITA LÍQUIDA	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS
2016	13.607.413,17	57.922.881,46	1.573.982,00	71.530.294,63	8.932.928,04	62.597.366,59	
2017	13.881.055,33	58.398.174,94	420.797,09	72.279.230,27	8.582.433,79	63.696.796,48	1,76%
2018	16.890.212,75	65.105.702,77	272.125,00	81.995.915,52	9.346.104,53	72.649.810,99	14,06%

1 Valor das transferências correntes e de capital, não sendo consideradas as deduções ocorridas.

2 Valor total das receitas, não consideradas as deduções ocorridas.



# MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ

## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

### EXERCÍCIO 2018



Analisando o quadro acima, pode-se identificar um crescimento elevado de 2017 para 2018, na participação das receitas próprias em comparação com o total da receita arrecadada. As receitas próprias tiveram incremento superior a 21% enquanto as receitas de transferências cresceram aproximadamente 11,5%, destacando-se arrecadação de receitas próprias como alienação de bens (R\$ 366.550,00), venda dos direitos de operacionalização de pagamentos da folha dos servidores públicos municipais (R\$ 553.005,00) e receita das inscrições em concurso público (R\$ 356.712,00), as quais são receitas eventuais (não arrecadadas todo ano nesta proporção), mas contribuíram significativamente para o incremento das receitas em 2018.

#### 1.2.1 Frustração na arrecadação

No exercício de 2018 o Município de Ibirubá não atingiu a meta de arrecadação conforme previsão da LOA, principalmente em relação a operações de crédito que estimou-se um recebimento de R\$ 5.500.000,00 e ingressaram somente R\$ 272.125,00. Para as transferências de capital previu-se uma arrecadação de R\$ 6.558.200,00 e houve o recebimento de R\$ 1.434.704,16. Ainda contribuíram para a frustração de arrecadação o não recebimento de alienação de imóveis de loteamento habitacional que a estimativa da receita foi de R\$ 800.000,00 e ingressaram somente R\$ 120.000,00 devido aos trâmites dos contemplados com a Caixa Econômica Federal, a baixa arrecadação das contribuições de melhoria por não operacionalização da cobrança para uma estimativa elevada de receita, e a frustração de recebimento do ISS sobre as operações de cartão de crédito que a decisão do STF em 23/03/2018 suspendeu o direito de cobrança por parte do município.

No início do ano, já era esperado que o valor da receita prevista na LOA não seria arrecadado em sua totalidade, principalmente quanto as operações de crédito e transferências de capital, mas como eram recursos vinculados que custeariam despesas de



# MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ

## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

### EXERCÍCIO 2018



obras e investimentos, não foi preciso ajustar o orçamento muito menos efetuar a limitação de empenho, simplesmente esta dotação não foi utilizada durante o exercício de 2018.

Ao final do exercício de 2018, com o montante arrecadado conseguiu-se cumprir todas as obrigações financeiras, não havia pagamentos em atraso, os recursos disponíveis em caixa eram capazes de dar cobertura a todas as obrigações de 2018 que não haviam sido pagas. Assim, entendemos que a gestão financeira realizada pela Administração, diante de um ambiente político e econômico conturbado, foi plenamente eficaz.

### 1.3 DESPESAS

#### 1.3.1 Alterações Orçamentárias Realizadas

Inicialmente, a Lei Orçamentária Anual fixou as despesas do Poder Executivo em R\$ 80.290.000,00. Durante a execução orçamentária, algumas mudanças foram necessárias para que as ações programadas pudessem ser executadas de maneira efetiva.

Com a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, resultantes de suplementações e aberturas de créditos especiais, os valores inicialmente programados foram modificados, como pode ser observado no quadro abaixo:

DESPESA FIXADA NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (1)	R\$	80.290.000,00
Créditos suplementares por superávit financeiro	R\$	1.411.939,51
Créditos suplementares por excesso de arrecadação	R\$	1.964.513,01
Créditos suplementares por redução de verba	R\$	6.531.775,81
Créditos suplementares por operação de crédito	R\$	0,00
Créditos suplementares por auxílios e convênios	R\$	1.919.763,21
Créditos especiais por operação de crédito	R\$	0,00



# MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ

## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

### EXERCÍCIO 2018



(-) Reduções Orçamentárias	R\$	5.831.775,81
Valor agredado ao orçamento a partir das alterações orçamentárias realizadas	R\$	5.996.215,73
<b>TOTAL DESPESA AUTORIZADA</b>	<b>R\$</b>	<b>86.286.215,73</b>

<sup>1</sup> A diferença existente entre os créditos suplementados por redução de verba e as reduções orçamentárias realizadas (R\$ 700.000,00), corresponde a créditos reduzidos no orçamento do Poder Legislativo e suplementados no Poder Executivo, resultado de parte da economia orçamentária verificada naquele órgão. Tal operação foi autorizada pela Lei Municipal nº 2798, de 30 de outubro de 2018.

No decorrer do exercício examinado, foram autorizados créditos adicionais, que somaram **R\$ 11.827.991,54**, utilizando-se os recursos abaixo discriminados, em conformidade com o art. 43 da Lei 4.320/1964:

#### QUADRO 4 – ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS NO EXERCÍCIO 2018 – PODER EXECUTIVO

Créditos suplementares por superávit financeiro	R\$	1.411.939,51
Créditos suplementares por excesso de arrecadação	R\$	1.964.513,01
Créditos suplementares por redução de verba	R\$	6.531.775,81
Créditos suplementares por operação de crédito	R\$	0,00
Créditos suplementares por auxílios e convênios	R\$	1.919.763,21
Créditos especiais por operação de crédito		0,00
<b>TOTAL DOS CRÉDITOS ABERTOS NO EXERCÍCIO</b>	<b>R\$</b>	<b>11.827.991,54</b>

#### 1.3.2 Despesas do Poder Executivo

A despesa orçamentária inicialmente autorizada em Lei, para a Administração Direta, foi de **R\$ 83.650.000,00**. Ao Poder Executivo, a despesa autorizada foi de **R\$ 80.290.000,00** e ao Legislativo, **R\$ 3.360.000,00**.

Considerando-se a despesa realizada (despesa liquidada) por ambos os Poderes da Administração Direta, esta alcançou a cifra de **R\$ 65.579.732,65**. Deste valor, **R\$ 2.231.158,44** correspondem a despesas realizadas pelo Poder Legislativo.

A execução da despesa pelo Poder Executivo, por seu turno, somou **R\$ 63.348.574,21**, conforme informações dispostas no quadro a seguir:



# MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ

## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

### EXERCÍCIO 2018



#### QUADRO 5 – DESPESAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO 2018 – PODER EXECUTIVO

Grupo de Despesa	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	% de Execução da Despesa	% desp. empenhada
Pessoal e Encargos	R\$ 33.800.267,61	32.591.208,69	32.591.208,69	96,42%	48,99%
Juros e Amortização da Dívida	R\$ 258.000,00	209.240,16	209.240,16	81,10%	0,31%
Outras Despesas Correntes	R\$ 32.877.026,44	28.637.163,37	27.865.581,12	84,76%	43,05%
Investimentos	R\$ 18.350.821,68	4.174.761,56	1.771.664,53	9,65%	6,28%
Inversões Financeiras	R\$ 500,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Amortização da Dívida	R\$ 939.000,00	910.879,71	910.879,71	97,01%	1,37%
Reserva de Contigência	R\$ 60.600,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 86.286.215,73</b>	<b>66.523.253,49</b>	<b>63.348.574,21</b>	<b>73,42%</b>	<b>100,00%</b>

1 A despesa autorizada é o resultado do valor constante no orçamento e as variações decorrentes de reduções e suplementações realizadas através de créditos adicionais especiais e suplementares.

Analisando a despesa empenhada, verifica-se que a maior concentração de comprometimento orçamentário está no grupo das despesas com Pessoal e Encargos Sociais, seguido de Outras Despesas Correntes, que representam **48,99%** e **43,05%**, respectivamente, do total das despesas empenhadas no exercício. Os investimentos realizados, incluindo obras e aquisição de equipamentos e materiais permanentes, somam **R\$ 4.174.761,56**, o que representa **6,28%** do total das despesas empenhadas no exercício de 2018.

O comportamento da despesa empenhada pelo Poder Executivo nos três últimos exercícios, classificadas de acordo com a categoria econômica, é apresentado a seguir:

#### QUADRO 6 – EVOLUÇÃO DA DESPESA POR CATEGORIA ECÔNOMICA NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS (2016 A 2018) – PODER EXECUTIVO

EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS				EVOLUÇÃO DAS DESPESAS
	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	TOTAL DAS DESPESAS	
2016	50.659.538,25	5.966.460,49	4.594.479,36	61.220.478,10	0,00%
2017	53.270.167,14	3.666.217,63	4.651.520,51	61.587.905,28	0,60%
2018	55.719.254,78	5.085.641,27	5.718.357,44	66.523.253,49	8,01%



# MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ

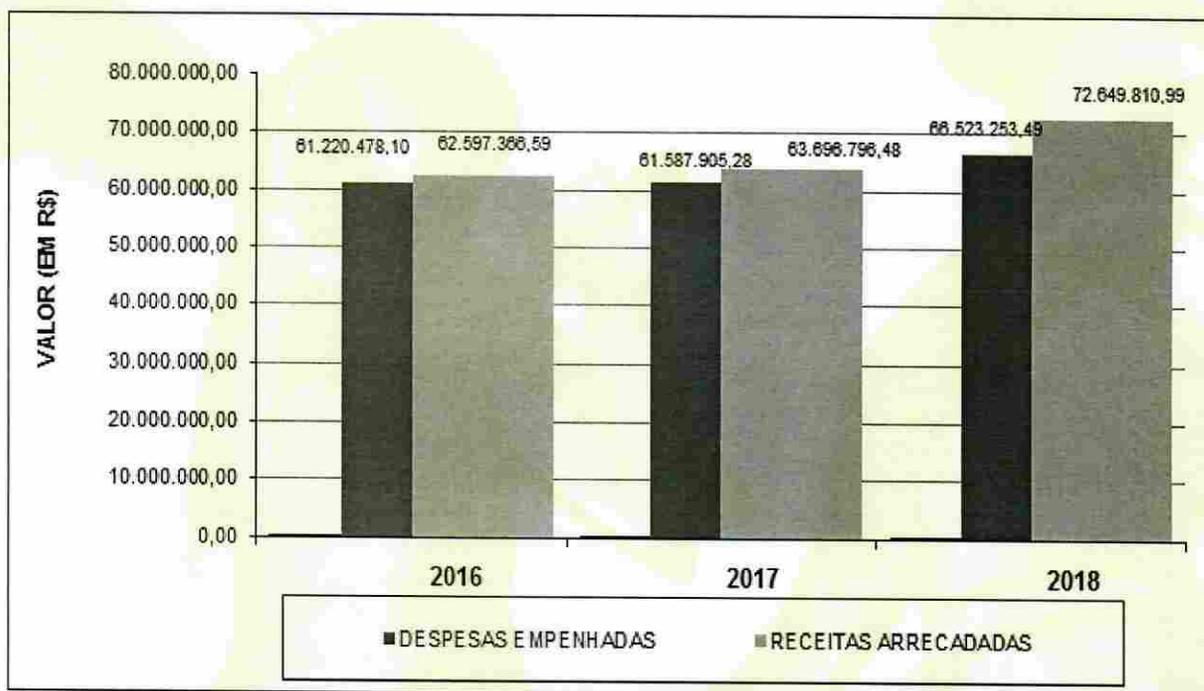
## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

### EXERCÍCIO 2018



O comportamento das receitas e despesas no período de 2016 a 2018 pode ser verificado através do gráfico abaixo:

GRÁFICO 2 – COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA E DA DESPESA EMPENHADA NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS (2016 A 2018) – PODER EXECUTIVO



Com base nos dados expostos acima, verifica-se que nos últimos três exercícios (2016 a 2018), a receita do Município cresceu **16,06%** passando de **R\$ 62.597.366,59** no ano de 2016 para **R\$ 72.649.810,99**. A variação da despesa empenhada no mesmo período foi de **8,67%**, passando de **R\$ 61.220.478,10** para **R\$ 66.523.253,49**.



# MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ

## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

### EXERCÍCIO 2018



#### 1.3.3 Grau de execução das despesas

Com relação à execução da despesa (Quadro 5) considerando-se as alterações ocorridas, verifica-se que foi liquidado, pelo Poder Executivo, **R\$ 63.348.574,21**, representando **73,42%** do total da despesa autorizada.

Observa-se que os investimentos tiveram o menor grau de execução (liquidação da despesa) comparado com a despesa autorizada. Isso se deve, especialmente, ao fato de que os serviços relacionados à execução de obras se prolongam durante e após o término de um exercício. Ou seja, existe a contratação e o serviço está sendo executado pela empresa responsável pela obra, no entanto essa execução ainda não atingiu as etapas definidas no cronograma físico e, por esse motivo, ainda não foi medida pelo Setor de Engenharia do Município e, conseqüentemente, não houve a liquidação contábil da despesa.

Também, verifica-se no demonstrativo que o grupo com maior grau de execução é o de despesas com pessoal e encargos, o qual atingiu execução de **96,42%**. Essa situação evidencia que as despesas com pessoal são de difícil contingenciamento e, conforme demonstrado no quadro 5, representam 48,99% das despesas do Poder Executivo.

#### 1.4 RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS

O objetivo de confrontar as despesas e receitas primárias realizadas pelo Município é avaliar a necessidade de medidas adicionais para o cumprimento da meta estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Em verdade, a verificação deve ser feita de forma bimestral e, caso observado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, deverá ser promovida limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela própria LDO.



# MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ

## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

### EXERCÍCIO 2018



A Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Ibirubá fixou como meta de resultado primário da **Administração (Executivo, Legislativo e Impasi)**, para o exercício de 2018, o montante de **R\$ -10.249.200,00**, tendo em vista o orçamento de operações de crédito e transferências de capital que impactariam negativamente o resultado primário bem como a reserva de contingência do Impasi. O resultado obtido no período utilizando-se a metodologia acima da linha da STN (MDF 8ª Edição) foi de **R\$ 10.128.694,23**, ou seja, a meta estabelecida foi totalmente alcançada.

Conforme pode ser verificado nas informações relativas às receitas arrecadadas, houve frustração em algumas fontes, mas como houve controle da despesa o impacto sobre o resultado primário não teve evidência significativa. Destaca-se que, as dívidas resultantes de operações de crédito e parcelamentos estão sendo quitadas de forma regular, sem nenhum atraso verificado no período. Há utilização de receitas não primárias para pagamento dos serviços da dívida, que ajudam a não impactar o resultado primário.



## 2 GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

### 2.1 BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para demonstração da gestão das disponibilidades financeiras desenvolvida ao longo de um período, uma vez que evidencia os movimentos de caixas e equivalentes de caixa resultantes das operações de receita e despesa orçamentária e das operações que por sua natureza independem da autorização legislativa para movimentação (operações extraorçamentárias), além dos saldos existentes no início e no final do exercício.

Através desse demonstrativo, é possível apurar o resultado financeiro do exercício, ou seja, pode-se verificar o aumento ou diminuição das disponibilidades de caixa em um determinado período. O resultado financeiro positivo pode ser um indicador de equilíbrio na gestão das contas públicas. Contudo, conforme aponta o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-MCASP (8ª Edição), deve-se ter claro que uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom desempenho da gestão financeira, pois pode decorrer, por exemplo, da elevação do endividamento público. Da mesma forma, a variação negativa não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois pode decorrer de uma redução no endividamento. Portanto, a análise deve ser feita conjuntamente com o Balanço Patrimonial, considerando os fatores mencionados e as demais variáveis orçamentárias e extraorçamentárias.

As operações financeiras, resultantes e independentes da execução orçamentária, processaram-se conforme o demonstrativo resumido a seguir:



# MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ

EXERCÍCIO 2018



## QUADRO 7 – RESUMO DAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS NOS EXERCÍCIO DE 2017 E 2018 – PODER EXECUTIVO

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2017
<b>SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>4.629.670,53</b>	<b>3.957.327,55</b>
<b>INGRESSOS DE RECURSOS</b>	<b>80.578.376,63</b>	<b>70.758.707,97</b>
Receita Orçamentária	72.649.810,99	63.696.796,48
Receita Extra-Orçamentária	7.928.565,64	7.061.911,49
<b>DISPÊNDIOS REALIZADOS</b>	<b>75.547.636,89</b>	<b>70.086.364,99</b>
Despesa Paga no Exercício	61.879.680,47	58.216.996,23
Pagamento de Restos a Pagar	3.370.766,07	3.013.143,66
Despesas Extraorçamentárias <sup>1</sup>	8.066.031,91	6.752.033,64
Repasses Financeiros Concedidos (Câmara de Vereadores)	2.231.158,44	2.104.191,46
<b>SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>9.660.410,27</b>	<b>4.629.670,53</b>
<b>COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES EM 31/12</b>	<b>EXERCÍCIO 2018</b>	<b>EXERCÍCIO 2017</b>
RECURSO LIVRE	4.419.634,06	1.048.594,94
RECURSOS VINCULADOS	5.240.776,21	3.581.075,59
<b>TOTAL</b>	<b>9.660.410,27</b>	<b>4.629.670,53</b>

O saldo das disponibilidades financeiras registrado em 31/12/2018, de R\$ **9.660.410,27** acima detalhado, confere com o constante no ativo disponível do Balanço Patrimonial, levantado na mesma data, evidenciando a consistência dos dados.

### 2.2 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial deve expressar, qualitativa e quantitativamente, o patrimônio do Município, demonstrando a situação dos bens, direitos e obrigações em determinado momento, considerando a origem e a aplicação dos recursos à disposição da Fazenda Pública Municipal.

A situação do patrimônio do Município, extraída do Balanço Patrimonial, está resumida no quadro a seguir:



MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ  
EXERCÍCIO 2018



QUADRO 8 – COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL EM 31/12/2018 – PODER EXECUTIVO

CONTAS DO ATIVO	2018	2017
<b>CIRCULANTE</b>	<b>13.711.284,10</b>	<b>7.875.658,34</b>
Caixa e equivalentes de caixa	9.660.410,27	4.629.670,53
Créditos a curto prazo	3.419.328,24	2.658.671,52
Demais créditos e valores a curto prazo	12.758,31	42.611,94
Investimentos e aplicações temporárias	0,00	0,00
Estoques	594.105,48	543.941,09
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	24.681,80	763,26
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>34.065.498,91</b>	<b>32.521.888,77</b>
Realizável a longo prazo	790.806,01	411.853,63
Investimentos	180.581,06	417.299,82
Imobilizado	33.094.111,84	31.692.068,65
Bens Móveis	11.366.395,00	10.487.283,44
Bens Imóveis	25.515.117,69	24.238.820,64
(-) Depreciação acumulada	-3.787.400,85	-3.034.035,43
Intangível	0,00	666,67
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>47.776.783,01</b>	<b>40.397.547,11</b>
<b>CONTAS DO PASSIVO</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>5.591.700,14</b>	<b>6.094.082,11</b>
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais	3.100.652,70	2.147.959,07
Empréstimos e financiamentos a curto prazo	445.221,36	624.827,28
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	1.389.206,04	2.286.900,29
Obrigações fiscais a curto prazo	54.437,45	0,00
Provisões a curto prazo	0,00	295.452,88
Demais obrigações a curto prazo	602.182,59	738.942,59
Consignações	448.723,99	593.691,18
Depósitos judiciais	0,00	262,05
Cauções e garantias	149.722,38	144.989,36
Diárias e indenizações/Restituições a pagar	3.736,22	0,00



**MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ**  
EXERCÍCIO 2018



<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.975.804,29</b>	<b>2.469.283,13</b>
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais	931.534,26	1.245.058,05
Empréstimos e financiamentos a longo prazo	1.044.270,03	1.224.225,08
Obrigações fiscais a longo prazo	0,00	0,00
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>7.567.504,43</b>	<b>8.563.365,24</b>

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Patrimônio social	19.094.982,94	19.094.982,94
Ajuste de avaliação patrimonial	0,00	0,00
Resultados acumulados	21.114.295,64	12.739.198,93
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>40.209.278,58</b>	<b>31.834.181,87</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>47.776.783,01</b>	<b>40.397.547,11</b>

A análise do Balanço Patrimonial permite algumas verificações. Primeiramente, identifica-se uma variação muito positiva para as finanças do município, pois o grupo do ativo circulante aumentou expressivamente de 2017 para 2018 e ao mesmo tempo o passivo circulante apresentou redução em relação ao ano anterior, o que possibilita a conclusão de que, no curto prazo, a liquidez corrente teve incremento significativo.

É necessário destacar que a diminuição das obrigações exigíveis no curto prazo (8,24%) impulsionadas, principalmente, pela menor inscrição de restos a pagar processados devido a existência de disponibilidades excedentes que foram utilizadas para pagar as despesas conforme acontecia a liquidação.



## 2.3 DÍVIDA PÚBLICA

### 2.3.1 Dívida Fundada

A dívida fundada compreende compromissos contraídos para realização de obras, através de financiamentos de longo prazo, bem como obrigações com precatórios judiciais vencidos e não pagos, parcelamentos de obrigações fiscais, como débitos com a previdência e com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público-PASEP, de exigibilidade superior a doze meses. Em 31/12/2018, o somatório dessas dívidas foi de **R\$ 2.762.439,16**, conforme o quadro demonstrativo abaixo:

QUADRO 9 – DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DA DIVIDA CONSOLIDADA 2018

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2017	(+) NOVAS DÍVIDAS CONTRAÍDAS NO EXERCÍCIO	(-) AMORTIZAÇÕES NO EXERCÍCIO	SALDO EM 31/12/2018
PARCELAMENTO INSS 240 MESES 1	1.552.141,52	0,00	279.193,75	<b>1.272.947,77</b>
FINANCIAMENTO BADESUL 48 MESES (2013)	124.999,95	0,00	124.999,95	<b>0,00</b>
FINANCIAMENTO BADESUL 48 MESES (2015)	729.273,32	0,00	250.036,56	<b>479.236,76</b>
FINANCIAMENTO BRDE 78 MESES (2016)	911.977,12	272.125,00	173.847,49	<b>1.010.254,63</b>
AQUISIÇÃO FINANCIADA COPREL	82.801,97		82.801,97	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.401.193,88</b>	<b>272.125,00</b>	<b>910.879,72</b>	<b>2.762.439,16</b>

<sup>1</sup> Não há, atualmente, informações precisas sobre o montante da dívida relativa ao INSS e parcelada junto à Receita Federal do Brasil. Para maiores informações, ler parágrafos seguintes (após as observações deste quadro).

Considerando a receita corrente líquida do Município, apurada conforme metodologia estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN, que foi de **R\$ 61.416.694,44** em 2017 e **R\$ 70.576.431,83** em 2018, a dívida consolidada representou, nos mesmos exercícios, **5,54** e **3,91%**, apresentando uma redução de 1,63% no período.

É necessário destacar, com relação ao parcelamento denominado no quadro acima como "PARCELAMENTO INSS 240 MESES", que o Setor Contábil não possui informações fidedignas relativas ao valor amortizado e a amortizar. A nova adesão ao parcelamento dos



## MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ EXERCÍCIO 2018



débitos previdenciários em 2017 foi aconselhada pelas associações de municípios, como a FAMURS e a CNM. Estima-se que a redução do valor devido, considerando os abatimentos em juros, multas e encargos trazidos pela Lei, seja de aproximadamente R\$ 800 mil. Essa redução foi estimada com base nos benefícios esposados no art. 2º da Lei 13.485, a seguir transcritos:

Art. 2o Os débitos a que se refere o art. 1o desta Lei poderão ser quitados, no âmbito de cada órgão, mediante:

I - o pagamento à vista e em espécie de 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento) do valor total da dívida consolidada, sem reduções, em até seis parcelas iguais e sucessivas, vencíveis entre julho e dezembro de 2017; e

II - o pagamento do restante da dívida consolidada em **até cento e noventa e quatro parcelas**, vencíveis a partir de janeiro de 2018, **com reduções** de:

a) 40% (quarenta por cento) das multas de mora, de ofício e isoladas e dos encargos legais e de 25% (vinte e cinco por cento) dos honorários advocatícios; e

b) 80% (oitenta por cento) dos juros de mora.

No ano de 2018 o município pagou esta dívida a título de antecipação de pagamento, 0,5% de sua receita corrente líquida, em parcelas mensais. Até que a Receita Federal do Brasil realize a nova consolidação dos débitos, o Município continuará pagando desta forma pois é descontado de sua parcela do FPM mensal. Se nada mudar, até 31/03/2019 o município pagará parcelas mensais de R\$ 25.590,29 e a partir de abril R\$ **29.406,84** mensais. No total do exercício **2019**, caso não haja a consolidação das informações e o cálculo da parcela permaneça sendo realizado com base na RCL, o montante dos pagamentos será de **R\$ 341.432,49**. Este valor será considerado, em sua integralidade, como amortização da dívida. Entretanto, é possível que quando as informações acerca do parcelamento forem disponibilizadas pela Receita Federal do Brasil, sejam necessários ajustes no saldo da dívida.

Assim como o parcelamento da dívida previdenciária, todos os demais parcelamentos têm sido pagos regularmente na data de seus respectivos vencimentos e nos montantes estipulados contratualmente, não tendo sido registrados atrasos ou outras ocorrências que pudessem comprometer a gestão da dívida do Município.



## RELATÓRIO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ EXERCÍCIO 2018



### 2.3.2 Dívida Flutuante

A dívida flutuante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida, os serviços de dívidas a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria, compreendendo, em regra, todos os compromissos exigíveis em prazo inferior a 12 meses.

Ao final do exercício de 2018, o montante da dívida flutuante do Município, apurada conforme disposto na Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, somou **R\$ 2.211.377,08**, detalhada conforme o quadro abaixo:

QUADRO 10 – DEMONSTRATIVO DAS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO 2018 – PODER EXECUTIVO

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2017	INSCRIÇÕES	BAIXAS	SALDO EM 31/12/2018
Restos a pagar processados 2017	2.286.900,29	0,00	2.286.900,29	0,00
Restos a pagar processados 2018	1.609.264,49	0,00	0,00	1.609.264,49
Consignações	593.691,18	7.299.676,65	7.444.643,84	448.723,99
Cauções	144.989,36	10.125,74	5.392,72	149.722,38
Depósitos Judiciais	262,05	417.054,53	417.316,58	0,00
Aquisição parcelada de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	3.666,22	0,00	3.666,22
<b>TOTAL</b>	<b>4.635.107,37</b>	<b>7.730.523,14</b>	<b>10.154.253,43</b>	<b>2.211.377,08</b>

O comportamento das obrigações da dívida flutuante, no exercício de 2018, pode ser resumido conforme o quadro a seguir:

QUADRO 11 – RESUMO DO MOVIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO NO EXERCÍCIO DE 2018 – PODER EXECUTIVO

DESCRIÇÃO	VALOR
<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>4.635.107,37</b>
(+)Nova Formação da Dívida	7.730.523,14
(-)Amortização no Exercício	10.154.253,43
<b>(=)SALDO ATUAL DA DÍVIDA</b>	<b>2.211.377,08</b>



Indispensável à análise da dívida fluante é observar a diminuição de seu valor entre 2017 e 2018 em mais de 52%. Isso se deve ao fato de que o Município ter apresentado melhor situação financeira, realizando antecipações de pagamentos ao final do exercício e inscrevendo menos restos a pagar processados. Algumas consignações foram quitadas antes do término do exercício e contribuíram para a redução apresentada.

### 2.3.3 Resultado Nominal

Para avaliar o resultado nominal vamos utilizar-se do conceito anterior ao MDF 8ª EDIÇÃO, conforme foi estabelecida a meta de 2018. O objetivo da verificação do Resultado Nominal, conforme explicitava o Manual de Demonstrativos Fiscais 7ª Edição, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN, é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida em determinado período. No exercício, o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até o final do bimestre de referência e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior ao de referência.

A meta estabelecida na LDO relativa ao exercício de 2018, para o resultado nominal, era de 3.355.000,00. Ou seja, pelas disposições das diretrizes orçamentárias para o exercício, deveria ocorrer um aumento **da dívida fiscal líquida** no montante fixado na referida Lei tendo em vista operações de crédito a serem contratadas.

QUADRO 12 – RESULTADO NOMINAL NO EXERCÍCIO DE 2018 – PODER EXECUTIVO

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2018	SALDO EM 31/12/2017
Dívida Consolidada	2.762.439,16	3.401.193,88
(-) Deduções	7.452.699,41	1.824.224,18
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.660.410,27	4.629.670,53
Créditos a Receber	0,00	220.396,53
(-) Restos a Pagar Processados	1.609.264,49	2.286.900,29
(-) Valores Restituíveis	598.446,37	738.942,59



## MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ EXERCÍCIO 2018



DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	0,00	1.576.969,70
RESULTADO NOMINAL	-1.576.969,70	

Com base nas informações apresentadas anteriormente, verificamos que o resultado nominal apurado foi de **(-)R\$ 1.576.969,70**. Esse valor significa que houve uma diminuição do montante da dívida fiscal líquida do Município, diferente do previsto que era um resultado nominal positivo. O montante da dívida fiscal líquida passou de **R\$ 1.576.969,70** em 2017 para **(-) R\$ 4.690.260,25** ao final do exercício 2018, na metodologia do cálculo do resultado nominal utiliza-se zero quando a dívida líquida for negativa.

### 2.4 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Conforme dispõe a Lei Federal 4.320/1964, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-MCASP, por sua vez, estabelece que o resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O resultado apurado neste demonstrativo é levado ao Balanço Patrimonial, onde afetará a composição do Patrimônio Líquido, de forma positiva (casos as variações aumentativas sejam maiores que as variações diminutivas) ou negativa (quando as variações aumentativas são menores que as variações diminutivas).

De forma sintetizada, as variações patrimoniais quantitativas estão apresentadas no quadro a seguir:



# MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ

## EXERCÍCIO 2018



### QUADRO 13 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO E PATRIMONIAL 2018

DESCRIÇÃO	2018	2017	VARIAÇÃO %
Receitas Orçamentárias arrecadadas	72.649.810,99	63.696.796,48	14,06%
Despesas Orçamentárias liquidadas (Executivo e Legislativo)	65.579.732,65	62.544.582,86	4,85%
<b>(=) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>7.070.078,34</b>	<b>1.152.213,62</b>	<b>513,61%</b>

DESCRIÇÃO	2018	2017	VARIAÇÃO %
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>75.586.778,71</b>	<b>65.037.885,55</b>	<b>16,22%</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.951.973,61	12.280.100,09	5,47%
Contribuições	779.198,51	712.795,54	9,32%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	541.203,97	110.107,43	391,52%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.849.136,47	576.432,33	220,79%
Transferências e Delegações Recebidas	57.579.833,57	50.245.506,20	14,60%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	1.202.236,64	937.798,97	28,20%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	683.195,94	175.144,99	290,07%

DESCRIÇÃO	2018	2017	VARIAÇÃO %
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>67.116.020,34</b>	<b>61.298.319,51</b>	<b>9,49%</b>
Pessoal e Encargos	32.787.274,64	30.170.655,77	8,67%
Benefícios e Previdenciários e Assistenciais	108.817,71	83.160,86	30,85%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	25.755.370,01	24.966.885,04	3,16%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	216.769,14	247.349,86	-12,36%
Transferências e Delegações Concedidas	6.140.560,06	4.773.170,26	28,65%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivo	1.043.405,75	420.615,55	148,07%
Tributárias	638.916,68	563.642,03	13,36%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	424.906,35	72.840,14	483,34%
<b>(=) RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>8.470.758,37</b>	<b>3.739.566,04</b>	<b>126,52%</b>

1 Na despesa liquidada, para fins de apuração do resultado orçamentário, foram somadas às despesas do Poder Executivo aquelas realizadas pelo Poder Legislativo, que atingiram R\$ 2.231.158,44. Isso porque as despesas do Legislativo são financiadas com as receitas orçamentárias obtidas pelo Poder Executivo, que efetua repasses mensais (duodécimo) para que a Câmara desenvolva suas atividades.

O resultado orçamentário demonstrado acima evidencia que a arrecadação de receitas em 2018 foi suficiente para cobrir as despesas liquidadas dos Poderes Executivo e Legislativo. No entanto, para uma minuciosa análise do resultado obtido, deve ser desconsiderado o montante de receitas arrecadadas no exercício e que se referiam a valores



## RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO 2018



Inscritos em créditos a receber no exercício de 2017, utilizados, no atual exercício, para pagamento de restos a pagar não processados também daquele período. O valor recebido, em 2018, relativo a créditos inscritos em 2017, somou R\$ 1.122.199,73. Dessa forma, pode-se considerar que o resultado orçamentário “líquido” foi de 5.947.878,61. .

Com relação ao resultado patrimonial, inicialmente, é salutar destacar que a convergência da contabilidade pública aos padrões internacionais impôs novas técnicas para o registro das variações patrimoniais, como, por exemplo, a provisão para despesas trabalhistas (férias e 13º salário), provisões e ajustes para perdas prováveis na realização dos ativos e a necessária evidenciação do valor dos bens móveis e imóveis do Município, que, até então, não haviam sido reavaliados e não vinham registrando as despesas com depreciação.

A convergência da contabilidade pública às normas internacionais aproximou os seus mecanismos àqueles utilizados nas entidades privadas. Também, essa nova realidade fez com que a avaliação do patrimônio público pudesse ser realizada com base nas informações da contabilidade patrimonial, distanciando-se, nesse aspecto, do campo orçamentário.

No exercício de 2018, o Poder Executivo alcançou um resultado patrimonial de **R\$ 8.470.758,37**, o que significa que as variações aumentativas foram maiores que as variações diminutivas. Isso demonstra que o patrimônio público do Município foi aumentado através da realização de suas operações. Ao compararmos esse resultado patrimonial com o resultado obtido através da execução orçamentária, verificamos que existe considerável diferença. Tal fato decorre, especialmente, da realização de despesas de capital, às quais, em regra, representam despesas sob o ponto de vista orçamentário, mas, no campo patrimonial, não produzem uma variação diminutiva, sendo agregadas ao ativo imobilizado.



### 3. GASTOS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE

#### 3.1 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

Com relação aos gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, o Município dispendeu, no exercício de 2018, o valor de **R\$ 15.444.076,83**. As receitas resultantes de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, totalizaram, no mesmo exercício, **R\$ 57.594.074,94**. A partir desses valores, conclui-se que o Município investiu **26,82%** das receitas de impostos arrecadadas no exercício em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, atendendo ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal que determina uma aplicação de, no mínimo, 25,00%, conforme pode ser visto no quadro abaixo:

QUADRO 14 – DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – MDE EM 2018

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Receita de Impostos e Transferências	57.594.074,94
Total das Despesas Liquidadas no Órgão 07 – Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Desporto, <u>na Função 12 - Educação (MDE E FUNDEB)</u>	16.828.962,66
(-) Plus do FUNDEB	1.369.871,43
(-) Receitas de Aplicações Financeiras do FUNDEB/MDE	15.014,40
<b>(=) Valor Total Aplicado</b>	<b>15.444.076,83</b>
<b>Mínimo de 25% das Receitas Resultantes de Impostos em MDE (valor em %)</b>	<b>26,82%</b>
<b>Valor Aplicado Superior ao Valor Mínimo</b>	<b>1.045.558,10</b>



### 3.2 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

Quanto ao cumprimento da Lei Federal 11.494, de 20 de junho de 2007, em vigor desde janeiro de 2008, referente à aplicação de parcela não inferior a 60,00% dos recursos recebidos do FUNDEB no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, no exercício de 2018, verificou-se a aplicação de **60,50%**, conforme demonstrativo a seguir:

QUADRO 15 – DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECEITAS DO FUNDEB EM PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EM 2018

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Receita recebida do FUNDEB (inclusive rendimento de aplicação)	10.344.041,54
Pagamentos dos profissionais do Magistério	6.257.791,87
<b>% FUNDEB PARA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO</b>	<b>60,50%</b>
<b>Valor Aplicado Superior ao Valor Mínimo</b>	<b>51.366,95</b>

Neste ano tendo em vista o incremento de arrecadação bem maior do percentual de reajuste salarial dos servidores públicos municipais concedido que foi de 2%, foi necessário em dezembro realizar o pagamento de abono salarial para atingimento do índice mínimo de aplicação no magistério. Ao mesmo tempo foi revista a aplicação deste recurso em profissionais de supervisão, coordenação e apoio pedagógico conforme estabelece a Lei Federal 11.494, de 20 de junho de 2007 que ajudará a atingir o índice com mais facilidade em 2019.



### 3.3 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

O Município realizou gastos computáveis como ações e serviços públicos de saúde - ASPS, no valor de R\$ 12.385.956,88, montante que confrontado com a receita da arrecadação de impostos municipais e das transferências constitucionais, impõe um índice de aplicação de 21,51%, no exercício de 2018.

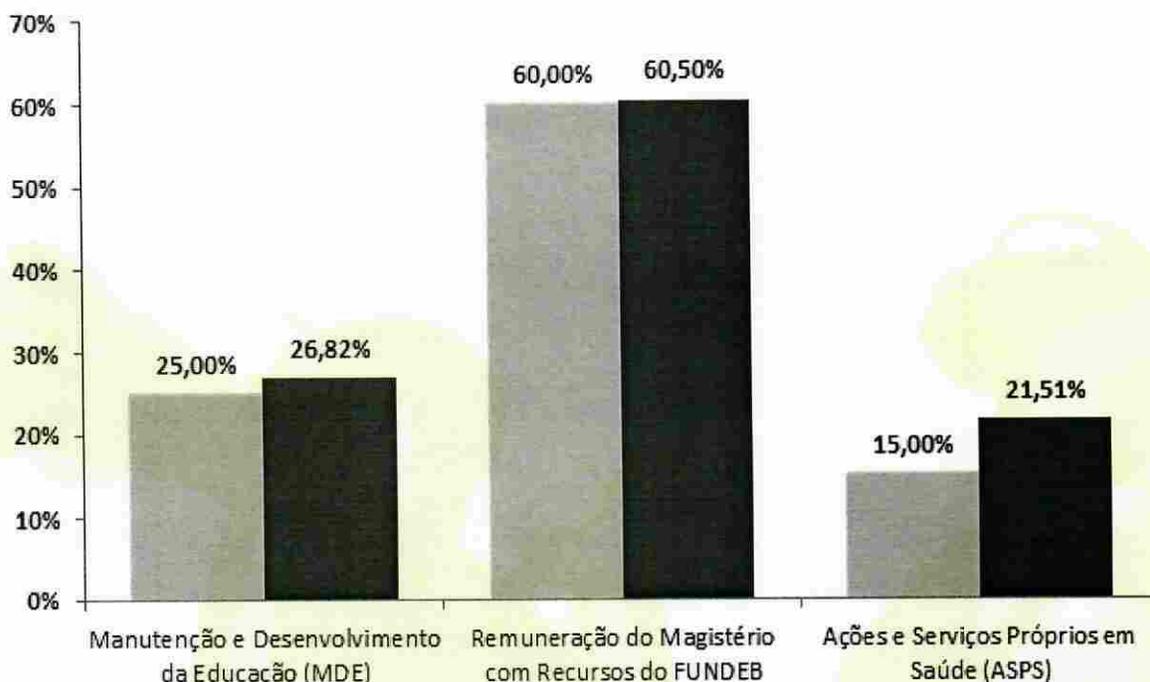
#### QUADRO 16 – DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAÚDE – ASPS EM 2018

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Total das Receitas de Impostos	57.594.074,94
Valor Mínimo a Ser Aplicado em ASPS	8.639.111,24
<b>DESPESAS REALIZADAS</b>	
Total das Despesas Liquidadas na Função 10 - Saúde (ASPS)	12.387.781,30
(-) Despesas em saúde financiadas com recursos de aplicações ASPS	1.824,42
(=) Valor Total Aplicado	12.385.956,88
Mínimo de 15% das Receitas Resultantes de Impostos em ASPS (valor em %)	21,51%
Valor Aplicado Superior ao Valor Mínimo	3.746.845,64

Verifica-se, com base nos quadros apresentados acima, que o Município de Ibirubá atendeu aos índices mínimos de aplicação de recursos nas áreas de educação e saúde. Essa situação de regularidade pode ser evidenciada graficamente, confrontando-se os percentuais mínimos exigidos e os valores realizados pelo Município, conforme figura abaixo:



**GRÁFICO 3 – DEMONSTRATIVO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS x VALORES APLICADOS EM 2018**



Ressalta-se que com o aumento dos repasses recebidos e controle das despesas os índices de aplicação tiveram uma leve diminuição em relação aos apresentados em 2017.

#### 4. DESPESAS COM PESSOAL

A Lei Complementar 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, impôs aos entes da federação limites quanto aos gastos com pessoal. Para os municípios, o art. 19 da aludida norma estabelece que o limite para despesas com pessoal seja de, no máximo, 60% da receita corrente líquida (RCL). Deste montante, o Poder Executivo



## MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ EXERCÍCIO 2018



municipal está autorizado a gastar até 54% e o restante, de 6%, refere-se ao limite de gastos com pessoal do Poder Legislativo.

Durante o exercício de 2018, as despesas com pessoal do Poder Executivo do Município de Ibirubá, ajustadas em conformidade com as orientações e entendimentos esposados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, alcançaram o montante de **R\$ 27.270.654,13**. Para fins de apuração do percentual dos gastos realizados, devem ser somados a esse valor os dispêndios com pessoal ativo efetuados pelo Instituto Municipal de Previdência e Assistência dos Servidores de Ibirubá-IMPASI, que foi de **R\$ 107.358,63**, totalizando uma despesa de **R\$ 27.378.012,76**. No mesmo exercício, a receita corrente líquida do Município, também apurada conforme metodologia do TCE RS, foi de **R\$ 69.221.917,95**, o que produz um índice de despesas com pessoal de **39,55%**.

Cabe destacar que o índice apresentado foi calculado conforme metodologia do Tribunal de Contas do Estado – TCERS e que existe divergência com outros relatórios que utilizam a metodologia de cálculo conforme disposições da Secretaria do Tesouro Nacional-STN.



# MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ

## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

EXERCÍCIO 2018



### 5. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

Durante este ano a Administração Municipal deu seguimento à realização dos objetivos traçados no Plano Plurianual (2018/2021). Nas áreas de educação (incluindo ações ligadas à cultura, turismo e desporto) e saúde foi investido, até 31 de dezembro, o valor de **R\$ 38.082.206,52** (trinta e oito milhões, oitenta e dois mil, duzentos e seis reais e cinquenta e dois centavos). Na Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Habitação, os investimentos somam **R\$ 2.552.503,32** (dois milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e três reais e trinta e dois centavos).

A Administração Municipal manteve como prioridade a melhoria da infraestrutura de nosso Município, com investimentos e manutenções na área urbana e também no interior do Município. O montante despendido para manter a Secretaria de Obras e de Agricultura foi de R\$ 12.223.229,93 (doze milhões, duzentos e vinte e três mil e duzentos e vinte e nove reais e noventa e três centavos), sendo que em investimentos em obras de calçamentos, asfaltos, passeios públicos e aquisição de maquinários foram investidos, aproximadamente, **R\$ 2.193.204,23** (dois milhões, cento e noventa e três mil e duzentos e quatro reais e vinte e três centavos).

Também foram realizados importantes eventos durante o exercício de 2018. Em fevereiro, foi comemorado o **aniversário de 63 anos do Município de Ibirubá**, com a realização de shows e boa participação da comunidade local e regional. Em outubro, houve a realização da **12ª EXPOIBI**, em parceria com a ACISA – Associação Comercial, Industrial, Prestação de Serviços e Agropecuária de Ibirubá, gerando lazer e importantes negócios para os empreendedores locais. Ainda, durante o mês de dezembro, foi realizado o **Natal Show**, com participação de entidades assistenciais do Município, com diversas atrações artísticas e culturais.

A estrutura administrativa do Município está sendo constantemente melhorada, com a implantação de novas rotinas administrativas e utilização de ferramentas tecnológicas que permitem melhor controle e maior eficiência na utilização dos recursos públicos. Na área da saúde, com auxílio de recursos de convênio junto ao Governo Federal, o Município adquiriu novos veículos e equipamentos que serão utilizados para melhorar o atendimento à comunidade de Ibirubá.

Por fim, ressaltamos que mesmo com as dificuldades econômicas pelas quais passa nosso país, desde o ano de 2014, que diminuí repasses de recursos e deixa a economia mais estática, o Poder Executivo Ibirubense conseguiu fazer economia investindo apenas no necessário e encerrou o



**MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ**  
**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO**  
EXERCÍCIO 2018



exercício com superávit financeiro acima das expectativas, que ajudará a incrementar investimentos planejados para o próximo exercício financeiro e garantindo a manutenção da adimplência do município perante funcionários, fornecedores e demais órgãos da administração estadual e federal.

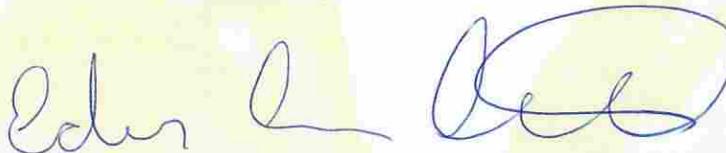
Ibirubá-RS, 22 de janeiro de 2019.



**ABEL GRAVE**  
Prefeito Municipal



**CARLOTA ELISA ARTMANN**  
Secretária de Fazenda



**EDER LUIS DONATO**  
Contador  
CRC RS 084.102/O-7